



ADIMB

**Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro**

Clipping n° 09/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

13 de abril de 2022

CURSOS ADIMB 2022



INSCRIÇÕES ABERTAS!
Confira os próximos #CursosADIMB

Acesse: adimb.org.br/cursos2022

ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro

30/05 a 03/06
MODERN TECHNIQUES IN APPLIED STRUCTURAL GEOLOGY IN EXPLORATION

06/06 a 10/06
TIPOS E TÉCNICAS DE SONDAGENS NA PESQUISA MINERAL

The banner features a top section with silhouettes of people against a sunset over water. Below this, two course details are presented in a split layout. The left side shows a rocky hillside with workers in safety gear, and the right side shows a drilling rig in a field. The ADIMB logo is positioned in the bottom right of the top section.

INSCRIÇÕES EM: <http://adimb.org.br/cursos2022/>

Construção de fábrica da Sigma Lithium evolui

A mineradora Sigma Lithium, que pertence à boutique de investimentos A10, concluiu a terraplenagem de fundação da unidade fabril de produção e beneficiamento de lítio em Itinga (MG), no Vale do Jequitinhonha. Neste mês, a empresa dá início à fase de construção da unidade.

A expectativa é começar a produção de concentrado de lítio de grau de bateria ambientalmente sustentável no quarto trimestre.

Na primeira fase do projeto, a Sigma vai produzir 230 mil toneladas por ano. Em uma segunda fase, que deve começar até o fim de 2023, a produção deve dobrar para 460 mil toneladas por ano. A mina vai produzir 1,5 milhão de toneladas de minério de espodumênio por ano.

Atualmente, a Sigma emprega 300 pessoas e tem previsão de ampliar esse número para 500. A construção é financiada com recursos próprios. A Sigma Lithium fechou 2021 com caixa e equivalentes de caixa de 155,4 milhões de dólares canadenses (US\$ 124,6 milhões). Segundo a companhia, o saldo é suficiente para levar o projeto à fase de produção.

“Temos R\$ 700 milhões para finalizar as obras. O investimento total, de R\$ 1,2 bilhão, estará concluído até setembro deste ano”, afirmou Ana Cabral-Gardner, co-CEO da Sigma.

No fim de março, o Bank of America (BofA) incluiu a Sigma na lista das 50 melhores empresas no mundo para se investir, diante da perspectiva futura de escassez de recursos. O banco citou como diferencial da empresa a sua pegada sustentável.

A empresa usa energia elétrica para produzir lítio, faz o empilhamento a seco dos rejeitos e recicla quase toda a água que usa. Com isso, consegue produzir com emissão de carbono muito menor que seus pares.

Ana disse que a empresa construiu uma estação de tratamento de esgoto na fábrica para usar água de esgoto do Rio Jequitinhonha na produção do lítio. Esse projeto encareceu o custo da fábrica em 16%.

O BofA definiu preço-alvo para a Sigma de 14 dólares canadenses por ação. De acordo com o banco, o preço é descontado devido à menor liquidez das ações e por ainda estar em fase de pré-produção. As ações da Sigma Lithium subiram ontem 1,76%, para 20,25 dólares canadenses (US\$ 16,24). Nos últimos 30 dias, as ações valorizaram 45,27%, influenciadas pelo relatório do BofA e pelas notícias de avanços na instalação da unidade no Brasil. Em 12 meses, o preço da ação acumula alta de 293,20%.

Fonte: Valor Econômico

Data: 07/04/2022

Vale vai investir mais de R\$ 200 milhões para automatizar operações em 2022

A Vale vai investir US\$ 45 milhões (cerca de R\$ 210 milhões) neste ano para acelerar seu programa de automatização de operações. A mineradora vai colocar em operação novos caminhões e maquinários que se movimentam de forma autônoma, sem a presença de operadores nas cabines, com uso de inteligência artificial, GPS e computador. Serão mais 14 equipamentos do tipo até o fim do ano, elevando para 86 o tamanho da frota.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o gerente do Programa Autônomos da Vale, Pedro Bemfica, explica que os investimentos na tecnologia reduzem significativamente os riscos a que os empregados estão expostos na área operacional, além de dar mais estabilidade à operação e gerar ganhos de eficiência. Desde 2016, a Vale investiu cerca de US\$ 124 milhões (cerca de R\$ 580 milhões) no projeto de autônomos.

Nesta semana, a Vale colocou em operação o pátio autônomo no terminal portuário de Ilha Guaíba, no município de Mangaratiba, região metropolitana do Rio. Bemfica explica que o terminal conta com recuperadoras e empilhadeiras, que movimentam 8 mil toneladas de minério por hora cada uma. Esses equipamentos eram operados a partir da cabine, localizadas a até 40 metros de altura. Agora, as máquinas são operadas a partir de um centro de controle.

“Não é uma teleoperação, em que o operador fica numa cabine longe do equipamento operando por joystick a partir de uma tela. Na verdade, a própria máquina executa o empilhamento, por meio de algoritmos. Os operadores ainda programam como as pilhas de minério precisam ser montadas para melhorar a logística, mas a execução é da máquina”, explica Bemfica, acrescentando que a rápida tomada de decisões dos robôs reduzem em 10% o tempo de embarque.

Caminhões gigantes

Os primeiros equipamentos autônomos a entrar em operação, em 2018, foram os caminhões fora de estrada, equipamentos gigantes, com capacidade para mais de 300 toneladas, que rodam em minas como Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), e Carajás, no Pará. Hoje são 24 caminhões fora de estrada e 18 perfuratrizes (brocas que cavam os minérios) autônomos em operação na mineradora, além de 30 máquinas de pátio em São Luís, Carajás e Mangaratiba.

Com o avanço dos autônomos, cerca de 300 empregados deixaram de atuar em áreas sujeitas aos riscos da operação, como as cavas das minas e os pátios de estocagem em Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro. Segundo a empresa, o processo foi acompanhado de um plano de qualificação dos empregados para atuarem com as novas tecnologias, seja em novas funções (como projetistas de pistas de caminhões) ou nas mesmas funções, interagindo com os veículos autônomos.

A tecnologia também contribui para atingir metas ambientais. Em Itabira (MG), as perfuratrizes autônomas apresentaram redução de 7,3% de combustível em comparação às tripuladas, reduzindo as emissões em 2.966 toneladas de gás CO2. Para absorver essa quantidade de emissões seria necessária uma área de 22 mil metros quadrados de florestas. Nos caminhões de Brucutu, em Minas Gerais, os pneus tiveram um acréscimo de 25% na sua vida útil, por exemplo.

Fonte: Estadão

Data: 06/04/2022

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Projeto da maior mina de urânio do Brasil ganha aval para avançar

O processo de licenciamento do que hoje é o maior empreendimento de exploração de urânio do Brasil, o Projeto Santa Quitéria, no Ceará, voltou a andar. Nesta nova rodada de análises, as audiências públicas já foram liberadas pelo Ibama (Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Os debates devem ocorrer nos próximos três meses e prometem ser intensos.

O projeto está localizado entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, a 217 km de Fortaleza. Prevê um investimento de R\$ 2,3 bilhões e a geração de 11 mil empregos para a exploração de uma abundante reserva de urânio associada ao fosfato, matéria-prima para indústrias de fertilizantes e rações.

Movimentos sociais, indígenas e pesquisadores vêm combatendo o projeto. O grupo produziu estudos e pareceres que apontam riscos de contaminação por radiação, tem realizado lives sobre o tema, promove passeatas e alguns integrantes já percorreram até gabinete de deputados em Brasília pedindo que se posicionem contra o plano.

Esses críticos batem de frente com o governo Jair Bolsonaro (PL), que colocou a mineração de urânio na lista de prioridades. Em 2019, foi lançado um ambicioso plano que prevê construção de seis usinas nucleares até 2050, num investimento de R\$ 30 bilhões. O projeto de Angra 3 foi resgatado. Recentemente, Thiago Barral, presidente da EPE (Empresa de Planejamento Energético), defendeu o uso de pequenos reatores para ajudar a transição energética no país.

O ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, é um entusiasta da fonte nuclear e tem se empenhado para viabilizar a agenda. O governo conseguiu reativar, em 2020, a mina de Caetité, na Bahia, que estava parada há cinco anos. A jazida de Santa Quitéria é estratégica nesse plano.

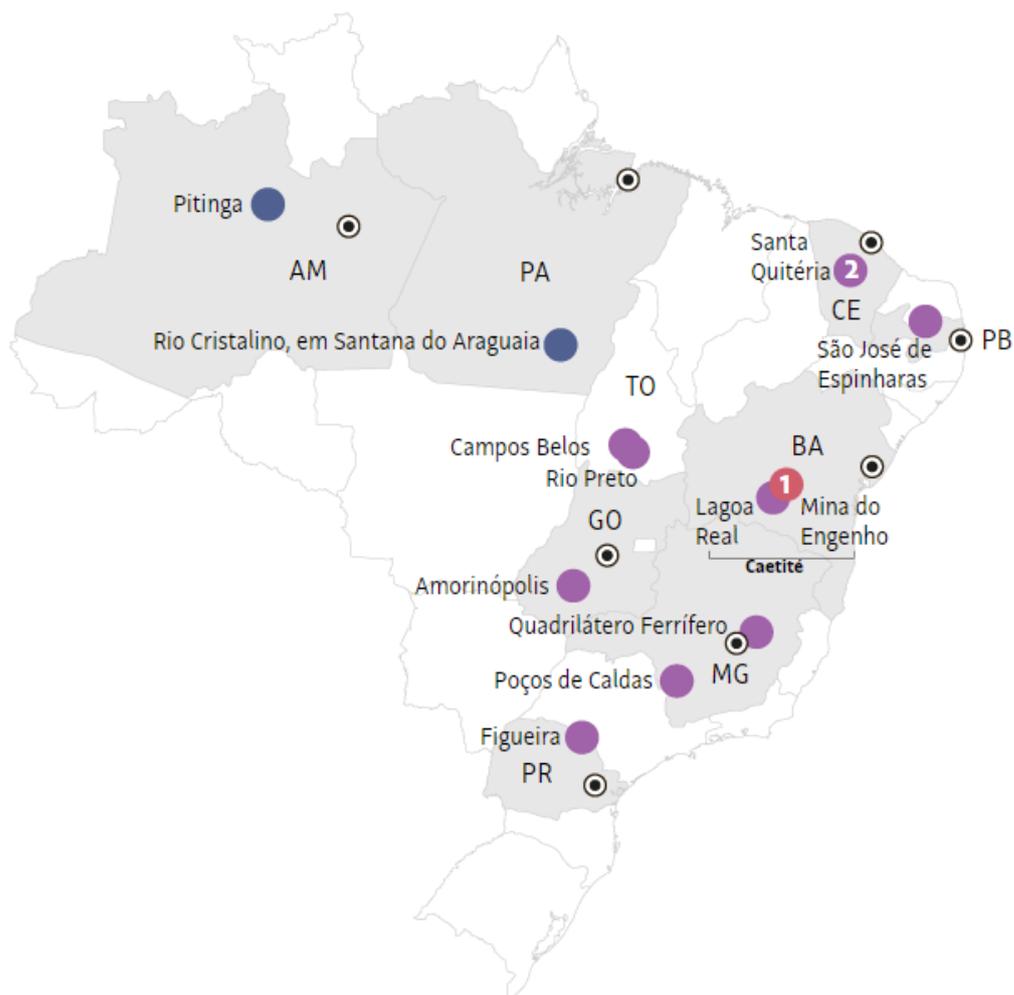
No Brasil, o Estado detém o monopólio de exploração e processamento das substâncias radioativas, que também são consideradas de segurança nacional. Cabe à estatal INB (Indústrias Nucleares do Brasil) representar o poder público na operação desses materiais. Ela será responsável pelo processamento do urânio em Santa Quitéria.

Segundo Rogério Mendes Carvalho, diretor de Recursos Minerais da INB, esse projeto vai colocar o Brasil em outro patamar na produção de urânio. Pelas estimativas, vai produzir 2.300 toneladas de concentrado por ano, três vezes mais que a demanda nacional, já incluindo as necessidades adicionais para a operação de Angra 3. Hoje o Brasil precisa importar urânio.

O fosfato, por sua vez, é matéria-prima de fertilizantes e a ampliação de sua produção está no plano nacional para a área, lançado pelo governo em março.

Mapa das minas de urânio

O Brasil tem recursos minerais em diferentes regiões



Em mil toneladas

• 3,9

Reserva

Lavra comprovada com viabilidade econômica



Recursos

Ocorrência de substância mineral ainda não mensurável economicamente

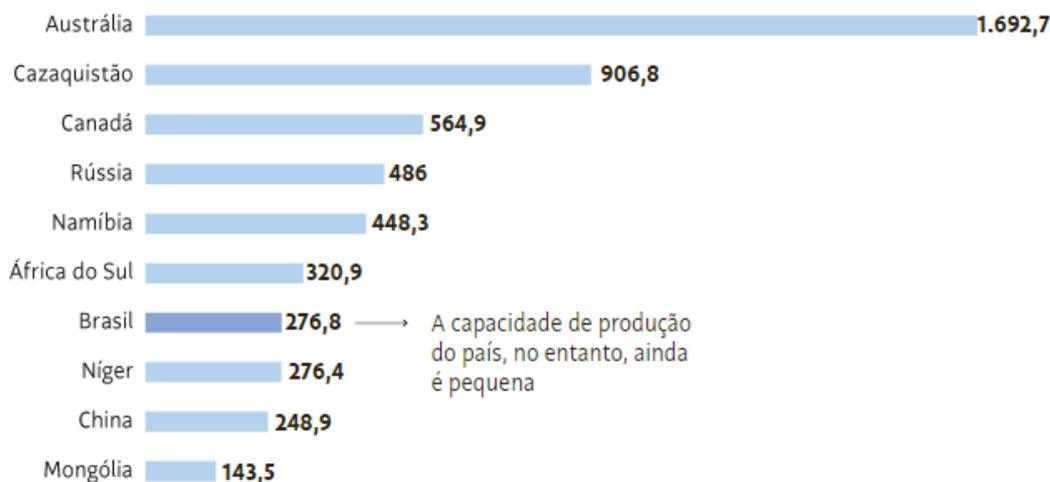


Recursos projetados

Definição da ocorrência demanda mais pesquisas

O Brasil é destaque no ranking global de países com potencial de extração

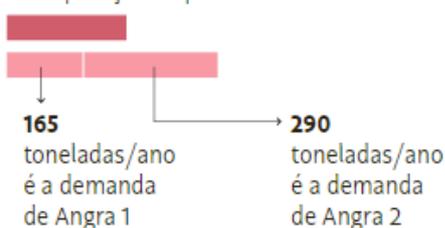
Recursos por países, em mil toneladas



Produção com projetos em operação

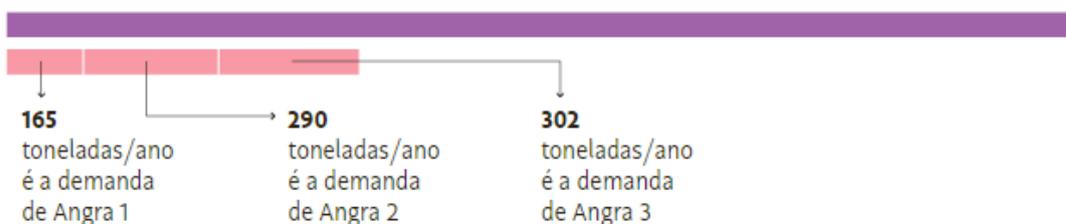
260 toneladas

de concentrado de urânio por ano é a capacidade de **produção do Engenho (1)**, única mina em operação no país



2,3 mil toneladas

de concentrado de urânio por ano poderão ser produzidos pelo **projeto Santa Quitéria (2)**



3,1 mil

toneladas de concentrados de urânio por ano podem ser produzidas anualmente somando o projeto **Santa Quitéria (2)** e a expansão da **mina do Engenho (1)**

2,3 mil

toneladas de concentrados de urânio poderiam ser exportadas por ano

Fonte: Indústrias Nucleares Brasileira

Caberá à empresa privada Fosnor, subsidiária de transporte e manuseio de fertilizantes da Galvani, cuidar dos produtos fosfatados. A projeção é que o projeto vai atender 3,5% do consumo nacional de fertilizantes fosfatados e 23% da demanda das regiões Norte e Nordeste, incluindo a área de Matopiba, nova fronteira do agronegócio, além de oferecer fosfato bicálcico para nutrição animal.

TEMOR DE CONTAMINAÇÃO É FORTE EM COMUNIDADES LOCAIS

Nada disso, porém, alivia a desconfiança de quem vive na região da jazida. "Dizem que esse projeto vai trazer emprego, desenvolvimento, mas também pode trazer morte e está tirando o nosso sono", afirma Aroerê Tabajara, que adotou o nome de Elvis, e mora na aldeia Olho da Guinha, na área de influência do projeto.

Nessa região estão 35 aldeias de oito etnias. Além da Tabajara, há representantes de Potyguara, Gavião, Tubiba-Tapuia, Kanindé, Karão Jaguaribara, Anacé e Tapeba. Há ainda 16 quilombos e várias pequenas propriedades rurais. A sede do município fica a 62 km da mina.

Elvis garante que se depender da mobilização local, o projeto volta para gaveta. Essa é a terceira tentativa do governo conseguir a licença. Na primeira, em 2007, o pedido de autorização previa apenas a exploração do fosfato e foi protocolado no órgão ambiental estadual. O Ministério Público suspendeu o processo em 2010 ao entender que a presença do urânio jogava a discussão para a esfera federal.

Na segunda tentativa, em 2010, o governo entrou com o pedido no Ibama e na Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear). O processo passou por audiências públicas em 2014 e teve a licença negada em 2019 pelo órgão ambiental. A nova rodada começou em 2020, no meio da pandemia.

Contaminação de ar e água com radiação é a principal preocupação. O processo de mineração libera material particulado que é carregado pelo vento e tende a se acumular no ambiente. A mina do projeto Santa Quitéria é a céu aberto, facilitando a dispersão de material radioativo e minérios pesados.

"Nós estamos no semiárido, e a população rural usa coletores que acumulam a água da chuva para o consumo no período mais seco", diz Erivan Silva, morador que aderiu ao movimento antinuclear. "O pó vai se acumular nas casas? Pode contaminar a água?"

O conflito em relação à água tem um agravante. O governo do Ceará se comprometeu a construir uma adutora de 64 km ligando o açude Edson Queiroz à área da mina, com capacidade para transportar 1.036 m³/hora, sendo 855 m³/hora para a mineração. O restante vai atender algumas comunidades. Numa região em que as pessoas dependem de carro-pipa para beber água e não conseguem plantar para comer, a contribuição do estado para a mineração repercute muito mal, explica Erivan.

A pesquisadora e médica Raquel Rigotto, especialista em saúde coletiva da UFC (Universidade Federal do Ceará), que acompanha o projeto, reclama da falta de transparência de dados vitais para a comunidade entender os riscos do projeto. Conta que o licenciamento é fragmentado entre o ambiental, que corre no Ibama, e o nuclear, que cabe à Cnen. Moradores da região e os pesquisadores não têm acesso aos dados nucleares na Cnen.

"A maior parte das informações é considerada estratégica e permanece em sigilo, o que nos autoriza a pensar no pior", diz ela, reforçando que há uma longa lista de tipos diferentes de cânceres que podem ser causados pela exposição à radiação, além de alterações psicológicas, dependendo das concentrações e do tempo de exposição a materiais radioativos.

Uma dúvida dos pesquisadores é qual o nível de radiação no fosfato que será dirigido ao agronegócio. Não há dúvida de que o teor de radiação é superior ao de jazidas não associadas ao urânio, mas não se sabe quanto, nem quais seriam as peculiaridades para o seu uso no dia a dia no campo.

A Galvani afirma que foi desenvolvida uma tecnologia que separa o urânio do ácido fosfórico, assim, os produtos fosfatados serão livres de urânio e impurezas. No entanto, os pesquisadores querem entender o processo no detalhe.

PESQUISA EM CAETITÉ (BA) APONTOU RISCOS RADIOATIVOS

O pesquisador de medicina do trabalho Paulo Pena, da UFBA (Universidade Federal da Bahia), afirma que as dúvidas no Ceará procedem. Pena participou de um estudo sobre os impactos da mina de Caetité, que alimenta um longo histórico de controvérsias entre a INB e o Ministério Público Federal.

O estudo teve seis linhas de investigação, para averiguar o impacto da radiação sobre os trabalhadores e a comunidade, e incluiu entrevistas, visitas a campo, medições de radiação e análise de dados coletados entre 2012 e 2019. O grupo inclui representante do Criidad (Comissão de Pesquisa e Informação Independente sobre a Radiatividade), entidade que atua no monitoramento da radiação na França, o segundo maior gerador de energia nuclear do mundo, com mais de 50 usinas em operação.

"Em síntese, encontramos evidências de riscos radioativos para os trabalhadores, especialmente os terceirizados, e para toda a população na área de influência da mina", diz Pena.

Segundo ele, foram identificados níveis de metais pesados acima do normal em poços artesianos, e alguns foram lacrados. Houve registro da infiltração da área de mineração, com contaminação de lençóis subterrâneos. Não havia vigilância epidemiológica para acompanhar a incidência de câncer.

"A radiação é cumulativa e quando alguém trata um câncer, vai para uma cidade maior, assim, apesar de os registros de câncer na região serem mais altos que no resto do estado, seria preciso um trabalho apenas sobre isso", diz Pena.

Em seu relatório, a entidade francesa questionou a falta de dados sobre o monitoramento da radiação gama, da deposição de poeira radioativa, da contaminação dos solos, da contaminação da água da chuva e da cadeia alimentar, bem como o fato de nem os trabalhadores saberem a que níveis de radiação eram expostos.

"No Brasil, a energia nuclear foi desenvolvida pelos militares, o que alimenta até hoje a cultura do sigilo", diz Raoni Adão Jonsan, doutor em Ciências e Técnicas Nucleares pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), um defensor do uso da energia nuclear em diferentes áreas de conhecimento.

"É preciso mudar isso, porque as pessoas têm direito a conhecer e a monitorar os riscos, e cobrar para que os melhores procedimentos sejam implantados. Sem isso, as pessoas vão continuar trabalhando contra o que não conhecem."

ÓRGÃOS PÚBLICOS AFIRMAM QUE HÁ ESFORÇO PARA ESCLARECER DÚVIDAS

A assessoria de imprensa da INB destacou à reportagem que já tem feito um trabalho de esclarecimento da população na área da mina de Caetité, divulgando e explicando dados de monitoramento ambiental. Diz também que esforço de comunicação inclui explicar que a radiação é naturalmente mais elevada na região pelo volume de minério concentrado na jazida. O mesmo trabalho será feito no Ceará.

Destacou também que o projeto "irá trabalhar com o urânio em seu estado natural, ou seja, na forma como é encontrado na natureza, que tem como característica a baixa emissão de radiação". Sendo assim, "em níveis que não oferecem riscos à saúde das pessoas do entorno e daquelas que trabalharão na operação".

A INB disse ainda que o projeto conta com o Programa de Monitoração Radiológica Ambiental Pré-Operacional, que vai monitorar os radionuclídeos no ar, água superficial e subterrânea, solo, vegetação e peixes durante dois anos antes do início da operação para caracterização do local do empreendimento. Este programa já foi submetido à Cnen para aprovação.

Na avaliação do MME, todos os temores sobre o projeto de Santa Quitéria poderão ser sanados no debate público sobre energia nuclear que acompanha o licenciamento.

"O projeto do Complexo Industrial Santa Quitéria - Itataia se encontra em fase de obtenção de licenciamento ambiental, para o que deverão acontecer audiências públicas, a serem convocadas pelo órgão ambiental, as quais contribuirão para a devida instrução técnica do projeto, bem como para a integração com a comunidade local e regional", disse em nota enviada à Folha.

"Previamente às audiências, ocorrerão diversas reuniões com grupos de interesse no conhecimento específico de temas e dúvidas sobre o projeto (procuradores federal e estadual na região; deputados estaduais e vereadores das cidades da área do projeto, órgãos de classe, e outros já identificados)."

Em nota enviada à Folha, o Ibama destacou que é importante esclarecer que o processo de licenciamento envolve um conjunto de etapas, que estão sendo seguidas pelo órgão.

O Cnen, em nota, destacou que não recebeu solicitação e documentação referente ao início do licenciamento do empreendimento de Santa Quitéria, e que se colocará à disposição no momento oportuno para os esclarecimentos que se façam necessários.

A reportagem entrou em contato com a prefeitura de Santa Quitéria e com o governo do estado do Ceará, mas não obteve retorno.

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 09/04/2022

Plantas inativas podem aumentar produção de fertilizantes em 62%

O Brasil tem 6 plantas de fertilizantes inacabadas ou hibernadas, que poderiam aumentar a capacidade nacional de produção em 62%, caso entrassem em operação. Os empreendimentos pertencem à Petrobras, Potássio do Brasil e Verde Agritech.

Hoje, a capacidade nacional de produção das 23 plantas operacionais é de cerca de 15,3 milhões de toneladas por ano, segundo dados de 2020 do Sinprifert (Sindicato Nacional da Indústria de Matérias-Primas para Fertilizantes). As novas unidades representariam incremento de 9,5 milhões de toneladas.



Delas, só a da Verde Agritech tem previsão para operar. A companhia pretende iniciar a produção de potássio no 3º trimestre. Inicialmente, a fábrica em São Gotardo (MG) produziria 1,2 milhão de toneladas ao ano, mas no início de março o conselho de administração da Verde decidiu dobrar a capacidade diante dos efeitos da guerra na Ucrânia no mercado.

Já a planta projetada pela Potássio do Brasil em Autazes (AM) não sai do papel por causa de licenciamento ambiental.

Embora o empreendimento esteja sendo usado como justificativa para permitir a mineração em terras indígenas, a planta não está localizada dentro de reservas. Segundo o presidente da ABPM (Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral), Luis Mauricio, a companhia depende de aval dos povos indígenas que circulam pela área de influência do empreendimento.

Os outros 4 empreendimentos são da Petrobras. Em 2020, a estatal hibernou a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná, que produzia amônia e ureia a partir de resíduo asfáltico. A Petrobras tenta vendê-la desde 2017, mas nunca chegou a fechar contrato.

A estatal projetou mais 3 plantas, localizadas no Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Seriam as Unidades de Fertilizantes Nitrogenados III, IV e V, nessa ordem. A 1ª está com 85% das obras concluídas, sendo recentemente vendida ao grupo russo Acron. As outras duas foram abandonadas.

As unidades foram planejadas durante outra crise no mercado de fertilizantes, em 2008 e 2009. Na ocasião, o governo chegou a debater um plano nacional de fertilizantes, como o que foi lançado em março. “Esse plano de fertilizantes previa que as empresas estatais e privadas aumentassem sua produção nacional de fertilizantes”, diz o pesquisador da Empraba, José Carlos Polidoro. Entre as empresas estavam a Petrobras, Mosaic, Yara e a antiga Vale Fertilizantes.

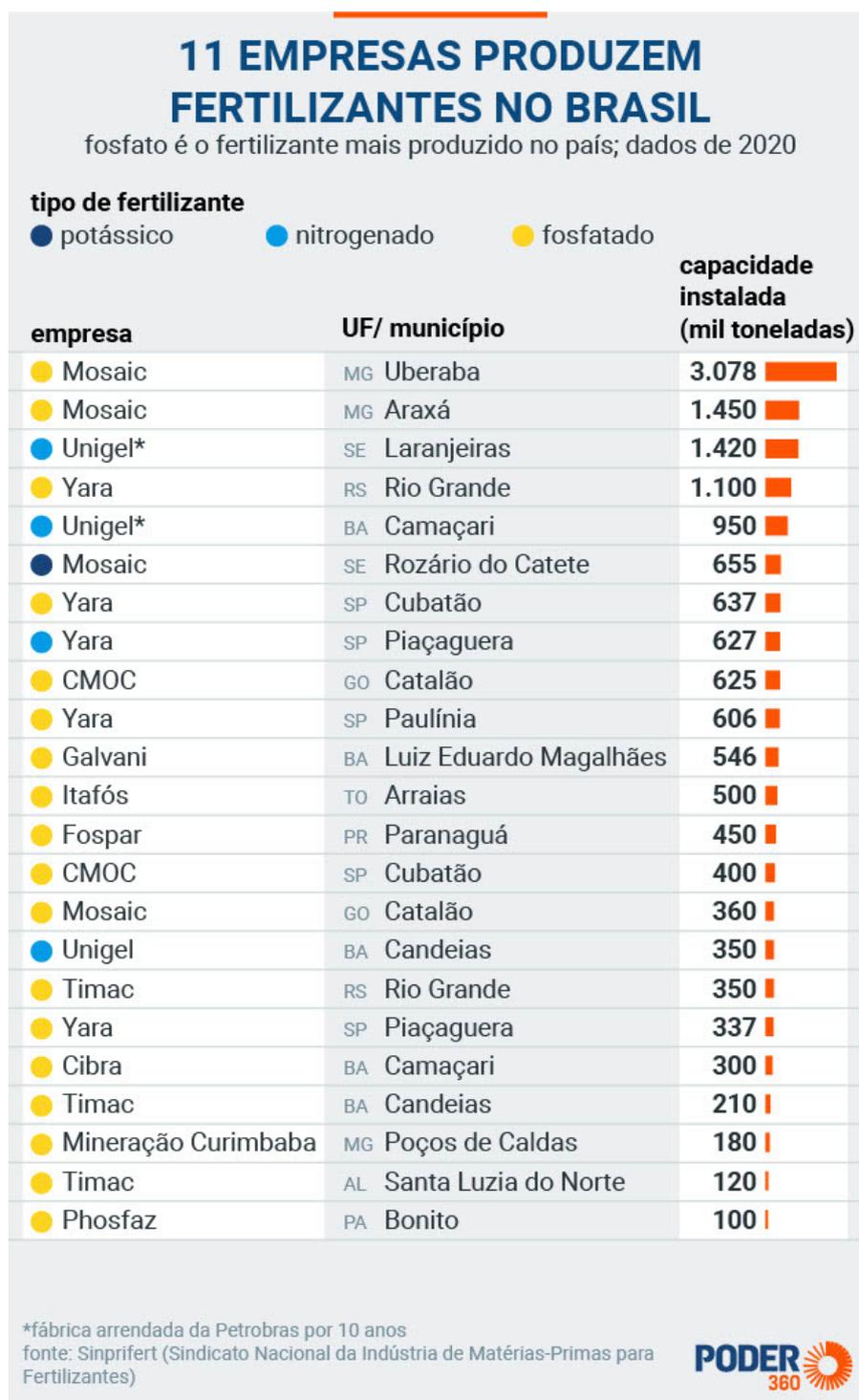
Segundo Polidoro, a proposta das produtoras de fertilizantes fosfatados era que entre 2011 e 2017 o Brasil reduzisse sua importação desse tipo de insumo a no máximo 30%. Hoje, a dependência nacional chega a 75%. “A maioria não saiu do papel, ou a obra foi iniciada e parou naquela época.”

No caso dos fertilizantes nitrogenados, que podem ser produzidos a partir do gás natural, a Petrobras chegou a iniciar as obras das unidades de Linhares (ES) e Uberaba (MG), mas desistiu dos empreendimentos em 2015. Questionada sobre os projetos, a estatal disse via assessoria de imprensa que não tem informações.

Ao Poder360, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação de Uberaba, Rui Ramos, disse que a estatal concluiu a terraplanagem e as fundações da fábrica no terreno cedido pelo Estado de Minas Gerais, além de ter comprado parte dos equipamentos. “Com a paralisação, a Petrobras vendeu os equipamentos comprados e o terreno voltou ao Estado”, afirma.

Segundo Ramos, o município tem procurado investidores para reativar o empreendimento. Está marcada para o dia 12 de abril uma audiência pública para discutir o destino da área, com a participação do governo do Estado e da iniciativa privada.

Retomar os projetos abandonados está também nos planos do governo federal. “Nós estamos fazendo ações 1 por 1. Trabalhando em cima de cada caso para desembaraçar, se é responsabilidade do governo, se é responsabilidade da iniciativa privada, se precisa de investimento. Nós estamos melhorando a infraestrutura necessária, desburocratizando a parte legal e vamos criar condições de financiamento para que os projetos já existentes saiam do papel ou sejam finalizados”, declara Polidoro, que participou da elaboração do Plano Nacional de Fertilizantes.



Para a coordenadora do Núcleo de Inteligência de Mercado da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), Natália Fernandes, seria importante elevar a produção brasileira de fertilizantes para reduzir a dependência do produto vindo de outros países. Ela diz, no entanto, que essa indústria tende a enfrentar condições pouco favoráveis no país.

“É uma indústria bastante complexa, que precisa, por exemplo, da extração de minério ou de gás natural para produzir. O gás natural é muito caro no Brasil. Então, até que ponto é competitivo fazer fertilizantes no Brasil? Se tivesse competitividade, a indústria faria”, afirmou.

A coordenadora da CNA disse ainda que, mesmo que haja condições favoráveis, a indústria precisaria de tempo para estruturar as fábricas e dar início à produção nacional de fertilizantes. Por isso, diz que este é um problema que não deve se resolver neste ano.

COMPETITIVIDADE NACIONAL

Segundo o diretor-executivo da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Eduardo Daher, o desenvolvimento da indústria brasileira foi prejudicado pela falta de competitividade nacional. “Não é por má vontade, mas por falta de competitividade que o Brasil foi fechando plantas, sobretudo no caso de nitrogenados, todas elas eram da Petrobras, e assim aumenta-se a importação de ureia, não só da Rússia, mas de outros países.”

RÚSSIA FORNECE 22% DOS FERTILIZANTES AO BRASIL

principais fornecedores do produto em 2021

país	valor (US\$ bi)		volume (milhões de toneladas)
 Rússia	3,5		9,3 
 China	2,1		6,3 
 Marrocos	1,6		2,9 
 Canadá	1,5		4,2 
 Estados Unidos	0,9		1,8 
 Catar	0,7		1,8 
 Belarus	0,5		2,4 
 Omã	0,5		1,3 
 Arábia Saudita	0,5		0,9 
 Argélia	0,4		1,1 

fonte: Comex Stat

O diretor-executivo do Sinprifert, Bernardo Silva, cita o custo Brasil como um fator estrutural que onera a produção nacional de fertilizantes, tornando a importação mais atraente para o agronegócio.

Os custos incluem a infraestrutura logística de distribuição dos insumos e o alto preço do gás natural -matéria-prima para a produção de fertilizantes nitrogenados, como a ureia. De acordo com Silva, o gás chega aos produtores por US\$ 12 por milhão de BTU, quando o ideal seria US\$ 5 por milhão de BTU.

“A gente tem um ambiente tributário que isenta e subsidia importação. Então 0% de imposto de importação, PIS/Cofins, ICMS, entre outros tributos, que favorecem a competitividade de produtos [importados], enquanto no Brasil a gente é onerado”, declara.

Em 2021, o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) encerrou o tratamento diferenciado para fertilizantes importados, isentos de cobrança desde 1997. “Foi a partir de 1997 que houve uma explosão de importação quando o governo passou a adotar medidas que visavam apenas a desoneração dos importados, enquanto não houve qualquer trabalho para fomentar a nossa competitividade e investimentos no país”, diz Silva.

O ICMS será igualado para as diferentes operações em 2025, quando será cobrado 4% para produtos importados e produzidos no Brasil. Contudo, logo depois do lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes, o ministro Paulo Guedes (Economia) declarou que poderia zerar os impostos sobre a importação novamente diante dos efeitos da guerra na Ucrânia no mercado.

“Ele está usando os mesmos remédios que nos levaram ao problema para tentar curar o problema, o que parece totalmente incoerente”, afirma o diretor do Sinprifert.

Para Daher, a saída proposta por Guedes pode ajudar momentaneamente. “Mas a médio e longo prazo, se você deixar escancarado, jamais alguém vai investir no Brasil na produção de matéria-prima de fertilizantes. Você tem que voltar, paulatinamente, a impor alguma proteção para que haja investimento na produção nacional”, afirma.

IMPORTAÇÕES Diante desse cenário, a importação brasileira de fertilizantes mais do que dobrou nos últimos 10 anos. Em 2021, o Brasil importou 41,5 milhões de toneladas, avaliadas em US\$ 15,1 bilhões. O volume foi 119% maior do que o registrado em 2012, quando o Brasil importou 18,9 milhões de toneladas.

IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES MAIS DO QUE DOBROU EM 10 ANOS

importações brasileiras de adubos e fertilizantes químicos



1º bimestre de



5,2 milhões de toneladas
volume caiu 8%
em relação ao 1º.bi.2021



US\$ 2,7 bilhões gastos
valor subiu 102%
em relação ao 1º.bi.2021

fonte: Comex Stat

PODER
360

A maior parte dos fertilizantes, no entanto, veio da Rússia. O país forneceu 9,3 milhões de toneladas do produto para o Brasil em 2021 –3 milhões de toneladas a mais que o 2º maior fornecedor, a China. Por isso, a importação de fertilizantes caiu 8% no início de 2022 diante da guerra entre Rússia e Ucrânia. Já os preços dobraram diante do receio de que o confronto reduza a oferta global de fertilizantes.

Fonte: Poder 360

Data: 10/04/2022

Após críticas, projeto de mineração em terras indígenas trava na Câmara

Colocado sob regime de urgência na Câmara dos Deputados há um mês, o projeto de lei que libera mineração e usinas hidrelétricas em terras indígenas está longe de ir para votação. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), havia anunciado que criaria um grupo de trabalho para analisar o texto, mas não há expectativa do colegiado sair do papel.

A proposta, que é de autoria do governo, vinha sendo defendida e tratada como prioritária pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). No mês passado, porém, o Planalto e o Congresso foram surpreendidos com a repercussão negativa do projeto entre representantes do agronegócio e até da própria mineração. Ainda não se sabe quando e de que forma o texto será apreciado, segundo apurou o UOL.

Inicialmente, a previsão de Lira era que a proposta fosse votada "na primeira quinzena de abril". Para isso, segundo ele, seria criado um grupo de 20 deputados, sendo 13 majoritariamente alinhados ao governo, e sete da oposição. Os líderes partidários chegaram a discutir quais congressistas fariam parte do colegiado, mas o assunto esfriou nas últimas semanas.

A criação desse grupo de trabalho seria uma forma de evitar que o projeto fosse votado sem qualquer discussão prévia na Câmara. Isso porque as comissões temáticas da Casa, pelas quais o texto deveria tramitar normalmente, foram praticamente suspensas durante a pandemia, devido à dificuldade de reuniões presenciais.

Com a volta da atividade destes colegiados, desde o início do mês, a oposição deseja que a proposta seja analisada por uma comissão especial, e não mais pelo grupo de trabalho anunciado por Lira. Na última quarta, conforme apurou o UOL, Lira propôs aos líderes que fosse criado um grupo de trabalho mais amplo, para analisar todo o código de mineração, mas não há consenso sobre o assunto.

Para o deputado Nilto Tatto (PT-SP), que acompanha o debate por parte da oposição, a urgência sobre o tema foi esvaziada devido ao repúdio não apenas de lideranças indígenas e de ambientalistas, mas também do empresariado.

"Setores empresariais da agropecuária, e até da própria mineração, se posicionaram contra o projeto, porque entendem que ele vai ser muito ruim do ponto de vista da imagem do país. Eles entenderam que isso acabaria prejudicando a exportação de commodities, inclusive de minério", afirmou o congressista.

A pressão contra a proposta não partiu apenas do Brasil. Em parecer enviado em março à Câmara dos Deputados, logo após a aprovação do regime de urgência, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos afirmou que a liberação da mineração causaria um dano "irrecuperável" e "sem precedente" ao Brasil.

Histórico Bolsonaro tem defendido a exploração de áreas protegidas desde antes de chegar ao poder, em 2019. Em abril daquele ano, já no comando do Executivo, ele recebeu líderes indígenas favoráveis à mineração para dar apoio à iniciativa. Na ocasião, disse que o estado de Roraima teria "trilhões embaixo da terra" e que "índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica".

Meses depois, em fevereiro de 2020, o governo enviou ao Congresso o projeto de lei que está hoje em discussão. Mas o deputado Rodrigo Maia (sem partido-RJ), presidente da Câmara à época, prometeu a ambientalistas e lideranças indígenas que não colocaria o texto em votação.

Ao chegar ao comando da Câmara, porém, Lira passou a desengavetar este e outros temas de interesse de Bolsonaro. No último dia 9 de março, ele levou ao plenário um pedido do deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Casa, para que o projeto tramitasse em regime de urgência.

Com 279 votos favoráveis e 180 contrários, a urgência foi aprovada apesar dos apelos de artistas e celebridades que foram a Brasília, naquele mesmo dia, para protestar contra a agenda de afrouxamento da proteção ambiental em andamento no país.

Apesar de não ter surtido efeito sobre os parlamentares, a pressão levou o STF (Supremo Tribunal Federal) a colocar em pauta a chamada "pauta verde", um conjunto de sete processos que questionam medidas de Bolsonaro sobre o meio ambiente. O julgamento destes temas, que começou no final de março, deverá se estender até maio.

Fonte: Uol

Data: 12/04/2022



Aprovados três diretores para a Agência Nacional de Mineração

O Plenário do Senado confirmou, nesta quinta-feira (7), três indicações para a diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM). Mauro Henrique Moreira de Sousa será o novo diretor-geral da agência reguladora. Ele foi aprovado com 39 votos a favor, 5 contrários e 3 abstenções.

Também foram aprovadas a indicação de Roger Romão Cabral para a diretoria da ANM (40 votos a favor, 5 contrários e 3 abstenções) e a recondução do diretor Tasso Mendonça Junior (41 a favor, 3 contrários e 1 abstenção).

Diretor-geral

Mauro Henrique Moreira de Sousa (MSF 27/2022) vai ocupar a vaga decorrente do término do mandato de Victor Hugo Froner Bicca, em 4 de dezembro de 2022.

O relator da indicação foi o senador Chico Rodrigues (DEM-RR). O relator destacou que Mauro possui experiência profissional no setor público, com passagem pelo Instituto Nacional de Previdência Social, pela Caixa Econômica, pelo Ministério Público da União e pelo Ministério de Minas e Energia.

Atuou ainda em diversos grupos de trabalho interministeriais, tratando de temas do setor energético e de pautas jurídicas que moldaram o setor nas últimas décadas. Foi consultor jurídico e coordenador do subgrupo jurídico de apoio à comissão interministerial da proposta do marco regulatório do pré-sal. Atualmente, é membro do conselho da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional.

Mauro afirmou, durante sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado que "o Produto Interno Bruto da mineração cresceu, de 2020 para 2021, 62%, o que é bastante significativo para compor o nosso PIB".

— Outro aspecto que eu vejo é a necessidade da busca de um estímulo constante de superação de um certo estigma que paira sobre o setor de mineração, que diz respeito à questão ambiental. Esse estigma precisa ser superado, precisa ser discutido; a sociedade precisa participar muito mais para entender que a mineração em si e a transformação mineral são fundamentais para o desenvolvimento econômico do país e o bem-estar social — declarou ele na CI.

Novo diretor

Roger Romão Cabral (MSF 28/2022) vai ocupar a vaga decorrente do término do mandato de Debora Toci Puccini. A indicação foi relatada pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT).

O relator ressaltou que Cabral é servidor de carreira do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da ANM (que substituiu o DNPM) desde 5 de julho de 1982. No decorrer de sua carreira ocupou diversos cargos, destacando-se o de diretor de Fiscalização substituto, o de assessor de Gerenciamento Estratégico da ANM, o de superintendente de Produção Mineral e o de diretor interino do Colegiado da ANM, que ocupa atualmente.

Entre os trabalhos de Roger nos quase quarenta anos de atividade estão os relacionados a obras vinculadas à gestão da produção mineral, ao planejamento e desenvolvimento da atividade mineral, à gestão de segurança de barragens, à economia mineral, à avaliação de risco e ao gerenciamento de crise, à resolução de conflitos e à regulação técnica e econômica.

— Nós estamos entrando na época da mineração 4.0. E a gente precisa de uma agência também 4.0. A gente precisa fazer com que a nossa legislação não entre muito na forma, e, sim, no princípio. A gente precisa trazer sustentabilidade para a atividade mineral, exigindo responsabilidade do empreendedor e, ao mesmo tempo, permitindo que ele tenha acesso rápido. Temos muitos aperfeiçoamentos normativos a fazer sobre os procedimentos de outorga, o sistema de inteligência fiscalizatória — afirmou Roger em sua sabatina na CI, acrescentando que a ANM fiscaliza atualmente 35 mil empreendimentos minerais.

Diretor reconduzido

Tasso Mendonça Junior (MSF 34/2022) foi reconduzido à diretoria da ANM. A relatora de sua indicação foi senadora Soraya Thronicke (PSL-MS). A recondução é permitida pelo artigo 7º da Lei nº 13.575, de 2017, que criou a agência e determina que os membros da diretoria exercerão mandatos de quatro anos não coincidentes, permitida uma única recondução.

A recondução de Tasso foi apoiada por Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Randolfe declarou que "Tasso Mendonça Júnior reúne as qualidades a serem preenchidas".

— Eu queria fazer aqui um registro de agradecimento da atuação do senhor Tasso, que foi fundamental na regularização de uma das atividades de uma cooperativa de garimpeiros das mais proeminentes no meu estado, a Cooperativa dos Garimpeiros da Região do Lourenço, uma região que é vocacionada ao ouro desde o século 19. A regularização da atividade mineral na região do Lourenço, sobretudo a parte da cooperativa, se deu muito devido à atuação do doutor Tasso Mendonça Júnior. O doutor Tasso reúne qualidades que são reconhecidas tanto pelos membros do governo quanto da oposição — disse Randolfe em Plenário.

Em sua sabatina na CI, Tasso apontou as dificuldades enfrentadas pelos servidores da agência na definição de prioridades.

— Hoje nós temos mais de 12 mil concessões de lavras, e nós temos 700 servidores. A questão desses servidores é que muitas vezes os que são especialistas para fazer essas análises são muito poucos, e, então, você não tem uma noção básica de tudo que é necessário para suspender, autorizar a suspensão ou não. A gente tem de eleger algumas prioridades para analisar aquilo que é mais urgente ou não — afirmou Tasso na CI.

Fonte: Senado Notícias

Data: 07/04/2022



ANM seleciona consultoria de apoio a gestão para transformação digital

A ANM convida empresas de consultoria a manifestar interesse na execução de serviços de apoio a gestão de inovação, projetos, processos e tecnologia para viabilizar a Transformação Digital do Programa de Outorga.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publica a partir de hoje, 11/04, a manifestação de interesse para empresas que queiram participar do processo de contratação de consultoria especializada de apoio a gestão de inovação, projetos, processos e tecnologia.

O objetivo é viabilizar a transformação digital do Programa de Outorga 4.0, por meio da segunda fase do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto Meta, conduzido pelo Agência Nacional de Mineração (ANM) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O aviso de solicitação de manifestação de interesse para seleção de empresa de consultoria, disponibiliza o Termo de Referência para dar conhecimento sobre o que se pretende contratar, esclarecer dúvidas do objeto e informar os critérios exigidos das empresas, antes da publicação do edital de licitação.

Fonte: Gov.br

Data: 12/04/2022

SBG/CPRM lança mapa de Avaliação do Potencial de Urânio no Brasil

Após pesquisas sobre minerais radioativos serem retomadas no país, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) lançou o mapa de Avaliação do Potencial do Urânio em solo nacional.

O mapa apresenta as áreas mais favoráveis para a ocorrência de minério de urânio, juntamente com os modelos de mineralizações elencados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Segundo o SGB, com base em estudos da geofísica, foram mapeados locais com probabilidades muito alta, alta, média, baixa e muito baixa, para o potencial de minerais radioativos no país. A partir deste ano, os estudos serão feitos em escala de província.

“No Brasil, o urânio possui potencial subexplorado. O Estado contribui com pesquisas e questões regulatórias, o que permitirá parcerias e cooperações no futuro”, destacou o diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil, Márcio Remédio.

[Acesse aqui](#) o mapa.

Fonte: Minera Brasil

Data: 11/04/2022



Serviço Geológico do Brasil dá início à consulta pública sobre Cessão de Direitos Minerários

Vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) deu início à fase de consulta pública dos contratos referentes ao processo de promessa de cessão dos direitos minerários de projetos para agrominerais, diamante e ouro, incluídos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de áreas localizadas no Pará, Bahia e Tocantins.

Segundo os Avisos de Consulta Pública nº 1/2022, nº 2/2022 e nº 3/2022 publicados no Diário Oficial da União desta quinta-feira (07/04), a consulta pública ficará aberta para recebimento de contribuições até 06 de maio e a audiência será realizada em formato online no dia 27 de abril, de 14 às 16h.

Nessa rodada, serão discutidos os editais dos Projetos Agrominerais Aveiro – que correspondem a áreas com recursos minerais de gipsita e calcário no estado do Pará; Projeto Diamante Santo Inácio, no estado da Bahia; e Projeto Ouro Natividade, no Tocantins. Essas áreas fazem parte da carteira de ativos do SGB/CPRM. Os direitos são resultados de pesquisas feitas nas décadas de 1970 e 1980 pela instituição.

Os documentos referentes a cada projeto, assim como os formulários de contribuição e inscrição da audiência pública, estão disponíveis no site do SGB/CPRM. Entre os dias 02 e 06 de maio, serão realizadas reuniões individuais com investidores que quiserem conhecer mais sobre os projetos.

A partir de agora, empresas e companhias investidoras do setor mineral podem consultar os detalhes técnicos e se prepararem para a apresentação de propostas para os certames. A expectativa é de que a licitação seja realizada no dia 21 de setembro de 2022.

Projeto Agrominerais Aveiro

O projeto denominado Agrominerais Pará corresponde a união de dois projetos do Serviço Geológico do Brasil: Gipsita Rio Cupari e Calcário Aveiro.

As áreas de gipsita correspondem a três processos minerários com 2.887 hectares, situadas às margens do rio Cupari, afluente do rio Tapajós, no município de Aveiro. Os trabalhos de pesquisa realizados pelo SGB revelaram a existência de uma grande jazida de gipsita, com recursos minerais de mais de 350 milhões de toneladas e com alto grau de pureza.

O depósito de calcário localiza-se às margens do rio Tapajós, distante cerca de 30 km das áreas de gipsita. A área estudada apresenta 998 hectares e apresenta recursos minerais de mais de 500 milhões de toneladas de calcário.

O projeto foi idealizado visando ao abastecimento do mercado de insumos para o setor agrícola do norte do Mato Grosso e sul do Pará e o investidor poderá, em uma única unidade produtiva, comercializar tanto o calcário como a gipsita. Este é o setor que mais cresce na região.

Projeto Diamante Santo Inácio

A região em que se insere o Projeto Diamante de Santo Inácio está localizada na porção centro-noroeste da Bahia, no distrito de Santo Inácio, município de Gentio do Ouro. O projeto é integrado por cinco áreas que compõem os processos minerários DNPM n°s 870.387/84 a 870.390/84 (quatro áreas de 500 ha cada) e 870.808/91 (uma área de 400 ha), totalizando 2.400 ha.

O programa de pesquisa elaborado pelo SGB foi executado entre os anos de 1985 e 1989 e consistiu na execução de mapeamento geológico, levantamento topográfico, prospecção geofísica, mais de 7 mil metros de sondagem e abertura de 22 poços de pesquisa.

Recente estudo de reavaliação do depósito diamantífero de Santo Inácio calculou a ocorrência de um depósito diamantífero de aproximadamente 245 milhões de toneladas de minério com teor de 0,75 cpth (quilates por cem toneladas), totalizando 1,8 milhão de quilates.

Projeto Ouro Natividade

O projeto Natividade localiza-se a aproximadamente 48 km da cidade de mesmo nome e distante 120 km de Porto Nacional no estado do Tocantins. A área objeto de licitação apresenta 8.514 hectares e foi pesquisada pelo SGB a partir de 1991, com a constatação de ouro primário em rocha alterada no garimpo Córrego Brejo das Lavras, com teores de até 30 g/t.

A atualização dos dados referentes ao projeto indica a ocorrência de um depósito de ouro no local com recursos de aproximadamente 725.000 toneladas de minério, com teor médio de 1,02 gramas por toneladas de ouro – que corresponde a 765 quilos de ouro, além da constatação de que a mineralização pode se estender caso se avancem os estudos geológicos da área.

O projeto Ouro de Natividade ainda não foi qualificado no PPI.

Fonte: Gov.br

Data: 07/04/2022



Nova etapa do projeto de ouro da Belo Sun

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), da Justiça Federal de Brasília, marcou para o dia 25 de abril de 2022 o julgamento de alegações sobre pendências referentes ao Projeto Volta Grande (Foto), de ouro, da Belo Sun Mining, no Pará.

Uma das questões que serão julgadas trata da determinação do órgão competente para o licenciamento ambiental (LP) do projeto, se estadual, pela SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará), ou federal, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). A LP havia sido concedida pela SEMAS em 2018, mas a competência do órgão foi questionada pelo Ministério Público de Altamira (PA), que determinou que o licenciamento fosse analisado pelo IBAMA. Essa decisão foi suspensa pelo TRF-1, em 2019, até o julgamento final do processo.

A segunda questão que será avaliada pelo tribunal é o pedido de levantamento da suspensão da Licença de Instalação (LI) do projeto, protocolado pela mineradora no início de 2022, após a finalização da consulta a comunidades indígenas locais e elaboração do ECI (Estudo do Componente Indígena), requisito para aprovação de empreendimentos minerais em áreas próximas a reservas indígenas. O pedido da Belo Sun foi baseado em documentação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) emitida no final de 2021, informando a SEMAS que o ECI havia sido concluído.

Em dezembro de 2021, o projeto Volta Grande foi incluído no Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Ministério de Minas e Energia do governo federal, tornando-se um dos projetos prioritários nacionais. A medida foi justificada pelos benefícios econômicos do empreendimento e pelos compromissos da Belo Sun com o apoio às comunidades locais e com o gerenciamento ambientalmente responsável de suas operações.

Fonte: In The Mine

Data: 08/04/2022

Lavras Gold terá ações negociadas na TSXV

A Lavras Gold Corp. apresentou um TSXV Form 2B Listing Application, cuja cópia está disponível no perfil de Lavras Gold no SEDAR em www.sedar.com. A negociação das ações ordinárias na TSX Venture Exchange sob o símbolo LGC está prevista para ocorrer a partir de terça-feira, 12 de abril de 2022.

A Lavras Gold é uma empresa júnior de exploração que atua na exploração e desenvolvimento do projeto de ouro de Lavras do Sul localizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O projeto de ouro de Lavras do Sul é uma propriedade em estágio avançado de exploração, com aproximadamente 190 quilômetros quadrados de área e composta por mais de 22 prospectos centrados em garimpos históricos, incluindo o prospecto Butiá.

Com a venda da Amarillo para a Hochschild, a Lavras Gold foi lançada como uma empresa independente de exploração, de propriedade inteiramente dos ex-acionistas da Amarillo.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 12/04/2022



Glencore to supply cobalt to GM in multi-year deal

Miner and commodities trader Glencore (LON: GLEN) has inked a multi-year agreement with General Motors (NYSE: GM) to provide the automaker with cobalt from its Murrin Murrin operation in Australia.

The US car producer has committed to making all-electric vehicles by the end of the decade, setting the goal of having 30 new EVs models, equivalent to 1 million electric cars, in the market by 2025.

SIGN UP FOR THE COPPER DIGEST

“Climate change is real, and we want to be part of the solution by putting everyone in an electric vehicle,” chair and chief executive officer Mary Barra said in a media release.

GM will use Glencore’s cobalt in its Ultium battery cathodes, which currently power the Chevrolet Silverado EV, GMC Hummer EV and Cadillac Lyriq vehicles, the companies said. They gave no details on volumes or prices included in the agreement.

The deal comes as automakers scramble to secure steady supply of battery metals, including cobalt, nickel, lithium and copper, to meet rising demand for EVs.

Some manufacturers, such as Tesla (NASDAQ: TSLA) and Volkswagen have even announced intentions of becoming “actively involved in raw materials business”. Tesla’s Elon Musk seems particularly inclined to do so with lithium, as prices have reached what he calls “insane levels”.

The EV giant has recently secured lithium mining rights in Nevada and has off-take agreements for the battery metal with Lontown Resources (ASX: LTR) and Ganfeng Lithium (SHE: 002460), China’s no.1 producer of the commodity. For cobalt, Tesla locked down supply from Glencore in 2020.

Detroit-based rival Ford Motor (NYSE: F) said on Monday it had signed a preliminary deal to buy lithium from a Lake Resources NL (ASX: LKE) facility in Argentina, marking the first time Ford has publicly announced where it will procure the battery metal.

Glencore, the world’s largest cobalt producer thanks to its mines in the DRC, noted the metal makes up only 0.001% of the earth’s crust. Its appeal to EV makers comes from the fact that it provides batteries with energy density that increases the range of their vehicles and boosts their life.

GM has several other agreements in place for lithium and rare earths and other materials.

Fonte: Mining.com

Data: 12/04/2022

THE NORTHERN MINER

GLOBAL MINING NEWS · SINCE 1915

Mexican president reignites debate around mining reform with focus on lithium

During a recent press conference, Mexican president Andrés Manuel López Obrador warned that if Congress does not approve a constitutional reform on electrical matters, following a decision by the Supreme Court of Justice that granted constitutional validity to the new Law on Electrical Power, he will push for a rewrite of the country’s Mining Law.

“In the event that the MPs that represent vested interests prevent the reform, in that case, they will not be able to dispose of lithium because they care a lot about lithium, as they want to put their hands on this strategic mineral,” López Obrador said. “If we were to be betrayed, we can still resort to reforming the Mining Law.”

The president pointed out that amending the Mining Law does not require the approval of two-thirds of Congress but only a simple majority, that is, half of the votes plus one. In his view, this means that his proposal would get the necessary votes to pass, which would “make lithium a mineral that belongs to the nation, to the Mexicans,” he said.

AMLO said that he is convinced that half-plus-one of the legislators would vote in favour of updating the Mining Law and also mentioned that if such a reform were to be proposed, it would only address the extraction and processing of lithium and it would mean that the battery metal would no longer be “up for grabs.”

Lopez Obrador’s leftist Morena party controls majorities in both chambers of Congress.

He suggested that the members of Congress should really think about how they are going to vote next week, as their votes could make them look like authentic representatives of the people or supporters of particular interests.

Previous warnings

In late 2021, the Mexican president proposed a mining overhaul aimed at having greater government control over the sector.

The proposed legislation says the government will no longer award concessions to mine lithium “and other strategic minerals” needed for the country’s energy transition.

The text says, however, that private miners who can already demonstrate they are conducting lithium exploration in Mexico will not be affected by the new restrictions.

Currently, 17 lithium concessions are active, according to official data, including several in northern Mexico held by the country’s most advanced prospector, Bacanora Lithium.

The mining overhaul is embedded within López Obrador’s higher-profile electricity reform.

Fonte: The Northern Miner

Data: 11/04/2022

Canadian miners land C\$3.8 billion for critical minerals

The funding, spread over eight years and contained in Ottawa's national budget released on March 7, will primarily be available for critical minerals and metals, including lithium, copper, nickel and cobalt.

"With unprecedented support and extensive measures, Budget 2022 will position Canada's minerals and metals industry for success as a partner in accomplishing Canada's goal of a greener future while also enhancing greater supply chain resiliency, particularly in battery and advanced manufacturing materials," the Mining Association of Canada (MAC) said.

Lead funding contained in the budget include C\$1.5 billion to invest in new critical minerals projects, with a priority focus on mineral processing, materials manufacturing and recycling for key mineral and metal products in the battery and rare-earths supply chain.

An additional C\$1.5 billion is set aside for new infrastructure investments to unlock new mineral projects in critical regions, such as the "Ring of Fire" minerals area in Ontario.

A further C\$144 million to provide for critical minerals research and development to support the responsible extraction and processing of critical minerals.

The budget doubles the mineral exploration tax credit for targeted critical minerals, including nickel, copper, cobalt, rare earths and uranium.

"With today's budget, the Government of Canada has positioned Canada in a leading competitive position for new investments up and down the minerals and metals sector and beyond. Doubtless, these measures will give Canada a lock on the top spot for global exploration investment and spur new investments across the value chain," said MAC chief executive Pierre Gratton.

Canada classifies 31 minerals as critical as set out in the Canadian Minerals and Metals Plan.

These range from aluminium, copper, cobalt, graphite, lithium, magnesium, manganese, nickel, platinum group metals, potash, rare earth elements, tin, uranium, vanadium to zinc.

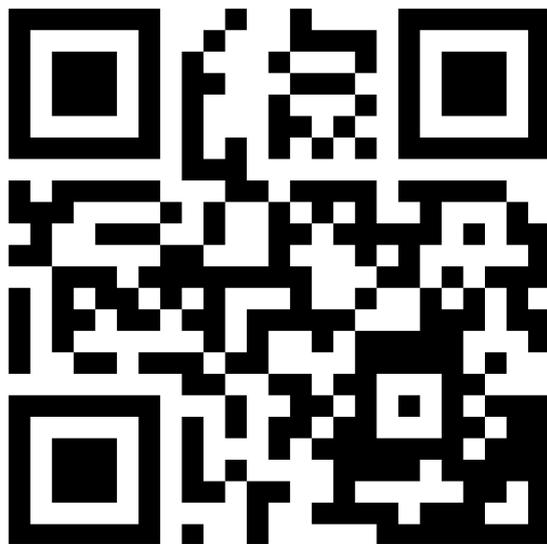
Canada follows the US is providing national funding to encourage the development of critical minerals.

The US does not class copper as critical.

Fonte: Mining Journal

Data: 08/04/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



//company/agencia-para-o-desenv-do-
setor-mineral-brasileiro/



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty
Mall Torre A, Sala 505
SCN Q.02 Bloco D
CEP : 70712903
Brasília/DF



ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro